

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 151.312 - ES (2017/0052462-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DA FAZENDA PÚBLICA, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE, SAÚDE DE VITÓRIA - ES**
INTERES. : **SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PUBLICOS, ATIVOS E APOSENTADOS DO ESTADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**
ADVOGADO : **CAMILA GOMES DA CUNHA LARANJA - ES012143**
INTERES. : **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESPIRITO SANTO**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Vitória - ES, suscitante, e o Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, Registros Públicos, Meio Ambiente, Saúde de Vitória - ES, suscitado, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais proposta pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIPÚBLICOS em desfavor do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/ES, objetivando a condenação do ente público a oferecer aos servidores lotados no CIRETRAN, em Vitória e Colatina e na área de vistoria de Vitória, locais adequados de trabalho respeitando as regras de saúde, higiene e segurança de trabalho, além da indenização por danos morais pela exposição dos servidores a condições inadequadas de trabalho.

A demanda foi ajuizada perante o Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, Registros Públicos, Meio Ambiente, Saúde de Vitória - ES, ora suscitado, que declinou de sua competência e determinou a remessa dos autos à Justiça Laboral, ao fundamento de que, "o que se pretende, em epitome, é a redução dos riscos do trabalho ao amparo de normas de saúde, higiene e segurança, nos exatos moldes do inciso XXII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, resta evidente a competência da Justiça do Trabalho para o seu processamento e julgamento. (...) A Justiça do Trabalho é competente para apreciar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores, independentemente do regime sob o qual o vínculo se estabelece com o tomador do serviço " (fls. 132/135e e 168/171e).

Remetidos os autos ao Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Vitória - ES, foi suscitado o presente Conflito de Competência, ao fundamento de que, "em que pese representados pelo sindicato (parte processual apenas), a demanda é própria dos servidores. São os servidores, estatutários, que são os detentores do direito material

postulado (condições de trabalho). A controvérsia que persiste após a decisão do STF citada acima é quanto a competência quando o pedido versa sobre direito do próprio sindicato, por exemplo, alguma contribuição a ser repassada pelo órgão público, disputa entre os filiados, eleições, etc., que não é o caso em tela. (...) Por fim, para melhor aclarar a incompetência dessa especializada, basta imaginarmos que o objeto da ação em tela poderia ter sido trazido por um servidor em ação individual, afinal de contas, o pretense direito a ele pertence. Poderia alegar que trabalha em condições inadequadas, pedir a adequação e o dano moral, onde creio que não restaria dúvida de que, conforme a interpretação restritiva do inciso I do art. 114 da CF/88, a competência seria da justiça comum" (fls. 115/116e).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, Registros Públicos, Meio Ambiente, Saúde de Vitória - ES, ora suscitado (fls. 240/245e).

Conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, **d**, da Constituição da República.

Com razão o Parquet e o Juízo suscitante.

Em face do advento da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para conhecer das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, passou a ser da Justiça do Trabalho.

O STF, porém, ao analisar a questão nos autos da ADIn 3.395/DF, em 05/04/2006, referendou liminar anteriormente concedida, que **suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a competência para apreciar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.**

Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum Estadual ou Federal, conforme o caso, ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça Laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "ao examinar a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395, **não excluiu da Justiça Trabalhista a competência para apreciar relação jurídica entre o Poder Público e servidor regida pela Consolidação das Leis do Trabalho**" (STF, Rcl 8406 AgR-segundo, Relator Min. MARCO AURÉLIO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 29-05-2014).

Outrossim, a definição da competência jurisdicional se dá em razão dos

elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai sua competência, esta relacionada com a fundamentação jurídica.

In casu, trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais proposta pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIPÚBLICOS em desfavor do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/ES, objetivando a condenação do ente público a **oferecer aos servidores lotados no CIRETRAN, em Vitória e Colatina e na área de vistoria de Vitória, locais adequados de trabalho respeitando as regras de saúde, higiene e segurança de trabalho, além da indenização por danos morais pela exposição dos servidores a condições inadequadas de trabalho.**

Assim, **não se discute na demanda a questão da representação sindical, mas o direito de servidores públicos à condições salubres de trabalho e à indenização por danos extrapatrimoniais em razão da exposição dos substituídos a condições inadequadas de trabalho.**

Nesse contexto, como a demanda se refere a direitos decorrentes da relação jurídico-administrativa existente entre os servidores e a autarquia estadual, **o juízo competente para apreciar o litígio é a Juízo Comum Estadual.**

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. AÇÃO COLETIVA MOVIDA POR SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ATUAÇÃO EM NOME PRÓPRIO BUSCANDO DIREITO ALHEIO. VERBAS DE NATUREZA ESTATUTÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. Conquanto a demanda tenha sido ajuizada por sindicato, a relação jurídica litigiosa instaurada objetiva o reconhecimento do direito dos substituídos, servidores públicos submetidos ao regime estatutário, ao adicional por tempo de serviço previsto em lei municipal.

2. A Suprema Corte, na ADI n.º 3.395-6/DF, suspendeu toda e qualquer interpretação dada ao inciso I do art. 114 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, que inclua, na competência da Justiça do Trabalho, a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

3. Restando configurada a relação estatutária dos servidores, é inaplicável o art. 114, inciso III, da Constituição Federal, que atrai a competência da Justiça Trabalhista para as lides relativas à representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e seus

filiados, ou entre sindicatos e empregador, na medida em que o Ente Público, nessa hipótese, não possui qualidade de empregador.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Santa Rita - PB, ora suscitado" (STJ, CC 66.967/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 27/8/2008).

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA DEVIDA POR SERVIDOR PÚBLICO FILIADO À ENTIDADE SINDICAL. DISCUSSÃO DE ATO DO PREFEITO DA MUNICIPALIDADE QUE IMPEDIU DESCONTO EM FOLHA AUTORIZADO PELOS SERVIDORES FILIADOS. RELAÇÃO JURÍDICO-ESTATUTÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. A demanda adjacente ao presente conflito de competência não discute a sujeição passiva dos servidores públicos à contribuição sindical compulsória, de natureza tributária, nem trata da representatividade do referido sindicato para receber os repasses das referida contribuição. Antes, discute tão somente ato do Prefeito da municipalidade que impediu o desconto em folha de CONTRIBUIÇÕES FACULTATIVAS devidas pelos servidores que se filiaram voluntariamente ao sindicato impetrante.

2. A atuação do sindicato impetrante na hipótese não veicula apenas interesse da entidade sindical, mas também dos servidores a ele filiados e que já autorizaram de antemão o desconto em folha das contribuições facultativas previstas no estatuto da entidade.

3. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nos autos da Medida Cautelar na ADI 3395 MC/DF para, em relação ao art. 114, I, da CF/88, suspender a "... apreciação ... de causas que ... sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo", razão pela qual, em casos que tais (contribuição sindical facultativa e não imposto sindical), a competência para julgamento de tema circunscrito à relação jurídico-estatutária entre os servidores e o Poder Público em relação ao qual possuem vínculo foi atribuída à Justiça Comum.

4. A competência para julgamento do writ - cujo cerne discute relação de natureza jurídico-estatutária entre o sindicato e seus filiados e a municipalidade, cuja autoridade indicada como coatora teria editado ato que impediu os descontos em folha autorizados pelos servidores por ocasião de sua filiação ao sindicato impetrante das contribuições facultativas previstas no estatuto da entidade e o respectivo repasse dos valores

descontados ao sindicato - é da Justiça Comum.

5. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Independência-CE, o SUSCITADO" (STJ, CC 145.847/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/12/2016).

No mesmo sentido, monocraticamente, **CC 153.781/SP**, rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 15/09/2017.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE, SAÚDE DE VITÓRIA - ES**, ora suscitado, para o processamento e julgamento da presente demanda.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora